**FILOSOFIA**

 Adriana Viotti -2ª etapa-3º ano

A QUESTÃO DA IDEOLOGIA EM ANTONIO GRAMSCI.

BRANDÃO, Nágela Aparecida1

DIAS, Edmundo Fernandes

O QUE É IDEOLOGIA?

Para entender o que é ideologia em Gramsci é preciso, em primeiro lugar, afirmar a história. Pensar a questão da ideologia como ligada a sua época, relacionada aos movimentos das forças sociais (cujos interesses sustenta, organiza e confere materialidade), e não como um mero conjunto de ideias abstratas ou normas lógicas. Ou seja, como permite, a partir dessas forças, a construção das formas de sua intervenção na realidade. Em segundo lugar, é preciso partir da perspectiva de uma crítica radical ao economicismo. Estas foram, por certo, das suas principais contribuições para a teoria marxista.

Segundo Gramsci, a ideologia não é mero epifenômeno do econômico, nem falsa consciência, nem sistema de ideias. Ela é concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza, “é unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção” Não se trata, como vimos, de um conjunto de realidades espirituais, nem de simples aparência artificial, a ideologia tem uma existência material, encontra-se materializada nas práticas, é “constituidora

O economicismo é ele próprio uma visão de mundo e de ciência. Sua forma mais brutal refere-se à visão reducionista do advento inexorável do socialismo pelo acirramento das contradições na economia capitalista. do real”

 Ela é “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978 p. 16). Neste sentido, a ideologia se identifica com a filosofia, com as superestruturas, com a política.

Portanto, o que define a ideologia é sua situação real em determinado tipo de sociedade e o princípio que a norteia é o de “que as ideias não nascem de outras ideias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real” (GRAMSCI, 1978 p. 22).

Neste ponto, cabe salientar que estas visões de mundo nunca são apenas fatos individuais, mas sim expressão da vida comunitária de um bloco social, de um sujeito coletivo real, razão pela qual Gramsci as chama de “ideologias orgânicas”.

São elas que, através de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 1978 p. 62-3).

As ideologias se exprimem de modos variados, seja através da chamada filosofia espontânea, “peculiar a todo mundo”, contida na linguagem, no senso comum e no bom senso, na religião popular e no sistema de crenças e superstições (folclore), seja por um meio mais elevado de abstração e melhor elaborado, a “filosofia”, que é crítica e superação das demais (GRAMSCI, 1978 p. 11). Interessante ressaltar que, para Gramsci, a “filosofia” é uma forma superior de ideologia por permitir sua universalização, isto é, a passagem “catártica” “do momento puramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político...” (GRAMSCI, 1978 p. 53).

Além disso, o senso comum e a filosofia não são únicos: (...) não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico”. Também “não existe uma filosofia geral, mas sim diversas filosofias ou concepções de mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas (GRAMSCI, 1978 p.14).

As ideologias são múltiplas e contraditórias entre si porque, conforme ressalta Dias (1995, p. 27), são racionalidades de diversas classes, em diversos momentos e conjunturas. Ou seja, os interesses sociais, que se colocam historicamente e se articulam de modo conflitante, se manifestam nos diversos discursos ideológicos.

Ver, por exemplo, a análise gramsciana do Americanismo onde para ele, “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, pensar e de sentir a vida...” (GRAMSCI, 1980 p.396).

Contudo, o senso comum para Gramsci não constitui um pensamento mais elaborado uma vez que prima pela ausência de coerência e unidade. O senso comum não passa de um grupo de ideias desarticuladas. Já a religião tem dois fatores que a limitam: primeiro, o fato de que a crença impõe limites à crítica e questionamento; segundo, na prática, a igreja sempre manteve um elo de separação entre dirigentes e fiéis, reprimindo seus intelectuais e impedindo a elevação cultural intelectual dos simples.

Neste sentido, a ideologia tem papel decisivo, essencial na organização social, não só por ter força real, mas também porque qualquer modificação estrutural para a manutenção e/ou modificação das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos. As ideologias “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” (GRAMSCI, 1978 p. 62)7.

Esta construção já estava em Marx e Engels, em A Ideologia Alemã, (1984, p. 72)

da seguinte maneira:

As ideias (‘Gedanken’) da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.

Mais a frente os autores também mostram a necessidade de intervenção nos elementos ideológicos para a classe que se quer dominante:

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (p.74).

Essa compreensão foi sufocada e passou a predominar nas obras dos marxistas uma concepção mais pobre: a da falsa consciência. Gramsci recupera a fecunda análise de A Ideologia Alemã e afirma que se a ideologia cria a unidade entre uma visão de mundo e a prática a ela correspondente, pode-se, no entanto, encontrar com frequência contradições entre a teoria e a prática, isto é, um relativo desequilíbrio entre o fato intelectual e a norma prática de conduta, tanto em nível individual quanto coletivo. A partir daí coloca-se a questão:

Qual será então a real concepção de mundo: aquela logicamente afirmada como fato

intelectual, ou aquela que resulta da atividade real de cada um, que está implícita no seu agir? E dado que o agir é sempre um agir político, não se pode dizer que a filosofia real de cada um está contida por inteiro na sua política? (1978, p. 15).

Nosso autor nos explica que esta oposição entre a intenção e o gesto só demonstra a existência de contradições nos variados momentos e conjunturas, que a incompatibilidade entre o pensar e o agir aparece em função da disputa, do conflito entre projetos das classes. Mostra ainda que determinados grupos podem ser induzidos a apoiar valores e procedimentos adversos aos seus interesses vitais,

Expressando (...) contrastes mais profundos de ordem histórico-social. (...) Significa que um grupo social, que tem uma concepção de mundo, sua, própria, ainda que embrionária, que se manifesta na ação, (...) ocasionalmente, (...) tomou, por razões de submissão e as várias ideologias, dos diversos períodos históricos representam a consciência, a organização através da qual as classes se relacionam e se confrontam. Trata-se de manter ou negar a forma dominante de organização da sociedade. Este conflito se manifesta nas diversas formas ideológicas.

subordinação intelectual, uma concepção não sua, por empréstimo de outro grupo

(GRAMSCI, 1978 p. 16).

Trata-se aqui de uma escolha política que acaba por demonstrar qual é o nível de crítica (ou submissão) que se tem em relação a outras visões de mundo e qual o nível de consciência prática e a coerência orgânica que determinado bloco social tem de si mesmo. O potencial de subordinação ou de resistência ao projeto dominante é resultante deste nível de consciência que se tem em relação a si mesmo e ao projeto que se quer implementar. Se partirmos da afirmação de que todo homem participa de algum modo de uma visão de mundo, que “todos são filósofos, e que a atividade filosófica, cultural, intelectual” é possível a todos, cabe a este homem, de acordo com seu nível de consciência, escolher participar de uma visão de mundo imposta, contrária aos seus interesses vitais, subordinada a um projeto que não é o seu ou elaborar sua própria forma de viver, de modo crítico e consciente.

Este raciocínio nos conduz a uma outra pergunta: o que leva uma classe a construir sua visão de mundo de forma fragmentária, subordinada intelectualmente à outra e sem se conhecer/conceber como produto histórico, sendo seu pensar e agir incompatíveis? Uma pista para responder esta questão está na incapacidade desta mesma classe de elaborar uma concepção de mundo própria, autônoma e realizar sua hegemonia.

HEGEMONIA E IDEOLOGIA

O conceito de hegemonia em Gramsci é de fundamental importância para compreender o que é ideologia, pois se esta última significa visão de mundo, a primeira trata da construção desta visão. Neste sentido, seguindo a leitura realizada por Dias (1991) em seu ensaio “Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico”, entendemos hegemonia como construção de uma concepção de mundo e a sua realização. Esta decorre de três condições básicas:

• a capacidade de uma classe fundamental (subalterna ou dominante) de elaborar uma visão de mundo própria, autônoma;

• a realização de uma reforma intelectual e moral que promova a “elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade” e que nada mais é do que a criação “(...) de um terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização”, da qual o partido deve ser o porta-voz e o organizador (GRAMSCI, 1980 p.8-9);

Nas palavras de Gramsci, “(...) é preferível pensar sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, participar de uma concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente externo, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde a sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou província, pode se originar na paróquia e na atividade intelectual do vigário ou do velho patriarca, cuja sabedoria dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para ação) ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente a marca da própria personalidade?” (1966, p. 12).

• a capacidade de esta mesma classe disputar politicamente esta visão, elaborar um campo de lutas a partir do qual ela possa mobilizar vontades em torno do seu projeto, definir políticas de intervenção no real e fazer alianças.

Portanto, ao contrário da interpretação de vários autores que veem a hegemonia como simples obtenção de mera maioria política, para Dias, este conceito está ligado à construção de uma racionalidade nova, de uma “nova civiltà”. Trata-se de uma reforma intelectual e moral que é também uma reforma econômica, posto que esta última é a forma concreta desta reforma intelectual e moral se apresentar.

Logo, a construção de uma nova hegemonia implica na necessidade de construir uma nova racionalidade não somente sua materialidade como também suas premissas ideológicas e políticas. Para tanto, é preciso desencadear um permanente processo de desconstrução - construção das relações sociais, das ideologias, e ele somente se realiza a partir de uma avaliação correta da correlação de forças na sociedade.

Dito de outro modo, para a realização da nova hegemonia o conhecimento dasrelações de forças na sociedade é essencial para a mobilização da vontade coletiva nacional em torno da nova racionalidade. Este conhecimento funciona como indicador de problemas e organizador das ações futuras.

A questão que se coloca para Gramsci aqui é a da necessidade de saber distinguir na estrutura da sociedade quais são os elementos orgânicos (“relativamente permanentes”), quais são os conjunturais (ocasionais), e como eles se combinam.

Esta avaliação é imprescindível para o “partido” que toma para si a tarefa de organização da vontade coletiva, pois é a partir desta análise que a estratégia de intervenção política vai sendo definida.

Na reflexão de Gramsci sobre a correlação de forças, ele distingue três momentos ou “graus”. Num primeiro instante, os agrupamentos, as classes existem objetivamente de acordo com o nível de desenvolvimento da economia no qual cada um ocupa uma função na produção. Aqui a classe ainda não se coloca politicamente. É a “relação das forças sociais estreitamente ligadas à estrutura” e que “permite verificar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação...” (1980, p. 49).

“(...) a hegemonia pressupõe (...) que se levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativos, mas é também indubitável que tais compromissos e sacrifícios não podem referir-se ao essencial, dado que a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 1980 p. 48).

Segundo Gramsci, quando se analisa um período da história, é importante saber distinguir os fenômenos orgânicos dos conjunturais. Pois se a história é o “locus” tanto da afirmação quanto da crise da hegemonia, sabendo distingui-los é possível verificar o caráter das crises. E a duração destas pode mostrar “que se revelaram (amadureceram) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (...) formam o terreno “ocasional” sobre o qual se organizam as forças antagonistas, que tendem a demonstrar (...) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinados encargos possam e, por conseguinte, devam ser resolvidos historicamente...” (1980, p. 46)

É num segundo momento que se pode avaliar o patamar de consciência e identidade alcançada pelos grupos sociais. Ele pode ser distinguido em três níveis: primeiro, no nível econômico-corporativo, em que o grupo profissional se identifica, mas ainda não se organiza enquanto classe. Segundo, no nível de consciência de classe em que existe solidariedade em torno dos interesses do grupo social mais amplo, porém, ainda na dimensão econômica. Na terceira fase, a classe ultrapassao terreno corporativo e se constitui em Estado.

(...) é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente transformam-se em

“partido”,entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral (GRAMSCI, 1980 p. 50).

O terceiro e último momento é o da relação das forças militares, decisivas principalmente em duas situações: “o da criação de um novo bloco histórico (revolução francesa, revolução russa) e a da libertação nacional” (DIAS, 1991 p. 08).

Porém, para o autor italiano, a correta análise da relação de forças deve obedecer a dois princípios:

• 1) que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução não existam já as condições necessárias e suficientes, ou elas não estejam em vias de aparição e de desenvolvimento;

• 2) que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída, sem antes ter desenvolvido todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações (GRAMSCI, 1980 p. 45).

Além da análise da relação de forças real na sociedade, todo movimento político quese pretenda hegemônico, todo processo de formação de uma consciência e identidade novas precisa criticar o conjunto das ideologias anteriores. Este processo de criação de um novo Estado implica na criação de uma nova ideologia, de uma nova filosofia e de uma reforma intelectual e moral. O que se coloca para Gramsci é a reforma que empreenda ao mesmo tempo a luta contra a ideologia burguesa e a crítica ao senso comum que compõe a consciência das classes subalternas e as mantêm na condição de subordinadas à ideologia dominante11. E o processo desta crítica passa por um “conhece-te a ti mesmo”, pela consciência daquilo que realmente somos, por se ver como produto de um processo histórico.

Torna-se necessário, então, criar uma leitura própria da história, e, para tanto, criar uma linguagem nova, identificada com sua realidade. Isto significa até a introdução de novos termos e a reinterpretação de termos de uso corrente, de modo a facilitar o entendimento acerca das questões políticas.

“A história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada. É indubitável que na atividade histórica destes grupos está presente a tendência à unificação mesmo no plano prático, mas esta tendência é continuamente interrompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, pode ser demonstrada apenas como um ciclo histórico completo, se esta se conclui com sucesso. Os grupos

subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem-se; só a vitória ‘permanente’ interrompe, e não imediatamente, a subordinação” (Cadernos do Cárcere, 1975 p. 2283).

Na realidade, toda corrente cultural cria uma linguagem sua, isto é, participa no desenvolvimento geral de uma determinada língua, introduzindo termos novos, enriquecendo com conteúdo novo termos já em uso, criando metáforas, servindo de nomes históricos para facilitar a compreensão e o juízo sobre determinadas situações

políticas (GRAMSCI, 1980 p. 170).

Ao criar esta leitura própria da história, a lógica do novo projeto poderá ser explicitada e, a partir daí, erodir o alicerce do projeto anterior. Cabe lembrar que não basta criticar o anterior, mas torna-se necessário destruir suas condições de existência (DIAS, 1995).

Neste processo de crítica acontece uma reformulação no peso relativo dos variados componentes das ideologias anteriores. Aquilo que aparecia em segundo plano, ou como elemento ocasional, torna-se o centro, o enfoque principal a partir do qual o conjunto constitutivo da nova ideologia se desenvolve. A velha concepção de mundo se esvai em suas contradições, uma vez que o que era subordinado se torna o referencial.

Mas não se trata da mera destruição do velho. É um movimento de crítica e superação, desconstrução do discurso antigo e construção do novo (discurso aqui entendido como “conjunto de práticas que ele viabiliza ou impossibilita e não apenas a sua forma teórica” - DIAS, 1995). A arquitetura deste novo está alicerçada na construção das condições para que a nova racionalidade se instaure. O capitalismo, por exemplo, para se constituir enquanto modo de produção dominante na Europa teve que destruir a forma de viver anterior, toda antiga institucionalidade para possibilitar a generalização da sua racionalidade. Pois, “a hegemonia realizada significa a crítica real de uma filosofia, a sua dialética real” (GRAMSCI, 1978 p. 94).

Isto se deu através da criação de um novo Estado que viabilizou a dominação capitalista.

Para Gramsci, Estado e Partido são elementos fundamentais para a construção da hegemonia socialista. Esta última, iniciativa de um sujeito coletivo organizado, tem no partido o recurso essencial para a realização da tarefa de organizar e expressar a vontade das massas, ser referência (horizonte) na qual a nova racionalidade possa se instalar. Ou seja, um partido “que pretende (e está racional e historicamente destinado a este fim) fundar um novo tipo de Estado” (1980, 22)12.

Portanto, ao partido, “elemento complexo da sociedade no qual já tenha início o concretizar-se de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (1980, p. 5), cabe o trabalho de desenvolver o sistema de relações intelectuais e morais e organizar as vontades para que a nova racionalidade possa se instalar.

Gramsci está pensando aqui em um partido que viabilizasse a emancipação política dos trabalhadores e se constituísse em um novo tipo de Estado. Um partido que promovesse a elevação intelectual e moral das massas em relação a uma existência

Além disso, os partidos políticos na sociedade moderna significam a unidade entre a difusão de uma concepção de mundo e sua prática política e ética correspondente, são os “experimentadores” de tal modo de viver. Eles são “a pedra de toque da unificação de teoria e prática, entendida como processo histórico real” (GRAMSCI, 1978 p. 22). Eles detêm o papel de ser o intelectual coletivo, síntese da intenção e do gesto das classes trabalhadoras nele organizadas. em torno do novo projeto.

Se o partido opera no campo da política, educando o proletariado e fazendo-o ultrapassar o egoísmo corporativista, os sindicatos, por sua vez, são instrumentos criados para a defesa dos trabalhadores frente à potência e arbítrio capitalistas. São importantes e eficazes na medida em que asseguram condições mais vantajosas na venda da força de trabalho e impõem o reconhecimento de direitos dos oprimidos.

No entanto, o sindicato (a organização econômica) por si só não permite ultrapassar os limites impostos pela legalidade capitalista, ainda que possa melhorar as condições materiais da classe.

A organização econômica tem essencialmente fins imediatos, principalmente econômicos, servem para constituir fileiras, mas estas devem ser mantidas sempre íntegras e compactas, por uma ideia geral, por um fim distante que imponha uma disciplina constante e metódica (GRAMSCI, 191613, apud DIAS, 2000, 95-6).

Além disso, se não existe uma ativa participação do associado no cotidiano da organização, ou seja, se a ação econômica e política encontram-se dissociadas e desordenadas, os dirigentes acabam adquirindo “(...) uma autoridade e uma importância que não deveriam ter, de acordo com o espírito igualitário e essencialmente democrático das organizações” (GRAMSCI, 191814 apud DIAS, 2000, 95-6). Criam-se funcionários especialistas em alcançar vantagens para o operário na venda da força de trabalho. Neste processo, o sindicato torna-se capaz de construir pactos, assumir obrigações, assim ele obriga o empresário a aceitar uma legalidade nas suas relações com o operário, legalidade que é condicionada pela confiança que o empresário tenha na solvibilidade do sindicato, na confiança que o empresário tenha na capacidade do sindicato de obter da parte das massas operárias o respeito pelas obrigações contraídas (GRAMSCI, 192015 apud DIAS, 2000 p. 167).

Para que se mantenham na direção, estes funcionários acabam por tornarem-se defensores da “legalidade industrial”, constituindo uma casta burocrática distante da massa operária.

Este processo não é inevitável, mas para que não aconteça, faz-se necessário a articulação orgânica com a classe. Neste sentido, é fundamental criar organismos culturais que permitam integrar a prática política e a prática econômica frequentemente dissociadas, pensar as diversas formas de organização operária que, partindo da crítica ao capitalismo, possam construir a hegemonia socialista. As instituições/organismos da classe operária, dentro da perspectiva da construção da hegemonia socialista, são espaços educativos, de intensificação da cultura, de preparo para assumir a “gestão social”, pois, “(...) apenas por um trabalho solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca nascerá a ação concreta

Trabalho & Educação – vol.16, nº 2 – jul / dez – 2007